

Diário da Assembléia

Nºs 2.993 e 2.994

CURITIBA, 6 e 7 DE MARÇO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares — REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Ney Rodrigues — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.) — REUNIÕES — As terças-feiras — SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.) — SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.) — Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 3ª Sessão Ordinária

Realizada em 6 de Março de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Ivo Rocha — Paulo Camargo — Paulo Poli e Quielise Crisóstomo (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E :

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs. 381 — 382 — 383 — 384 — 385 — 386 — 387 — 388 e 389-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs.:

249-73: — Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 94-73, c qual solicita autorização para contrair empréstimos, dar garantia, fiança ou aval aos Empréstimos contraídos pela (COHAPAR), ou pelos órgãos da Administração direta ou indireta, Bancos, ou Soc. de Economia Mista conforme específica e convertido em Lei tomou o n.º 6.498. — Agradeça-se.

128-73: — Do Senhor Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.499. — Agradeça-se.

126-73: — Do Senhor Ex-Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Professor Cleto Acrocle, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.500. — Agradeça-se.

197-73: — Do Senhor Deputado Antonio Belinati, que concede Título de Cidadão Honorário, ao Senhor João Milanez, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.501. — Agradeça-se.

200-73: — Do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, que declara de utilidade pública a Assistência Social de Andirá — ASA, com sede e foro na cidade do mesmo nome o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.502. — Agradeça-se.

233-73: — Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 87-73, solicitando autorização para contrair empréstimo com a Caixa Econômica Federal de C.E.D. o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.503. — Agradeça-se.

126-73: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 67-73, que reconhece como de utilidade pública, a Associação dos Servidores Públicos do Paraná e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.504. — Agradeça-se.

143-73: — Do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da cidade de Uraí, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.505. — Agradeça-se.

191-73: — Do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, que declara de utilidade pública, o Sindicato dos Engenheiros do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.506. — Agradeça-se.

Sob o n.º 1246-73, do Senhor Vereador Edgard Dantas Pimentel Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando a aprovação de proposição de autoria do Senhor Edil Arlindo Ribas de Oliveira, parabenizando-se com o Parlamentar Alencar Furtado, por estar o mesmo no rol dos dez melhores Deputados Federais, no setor Planário, em 1973. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 62-73, do Senhor João Batista Gomes Gatti, Presidente da Câmara Municipal de Cornélio Procopio, solicitando desta Casa a solução do grave problema dos professores suplementaristas, a fim de que encontrem uma fórmula capaz de colocar os professores suplementaristas em situação justa e legal. — Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO S/N.º

Das Senhoras Viúvas de Deputados Estaduais, agradecendo os Parlamentares com assento neste Poder, pelo carinho que dispensaram tanto nas Comissões quanto ao Plenário desta Casa, para a aprovação de Mensagem encaminhada ao Governo do Estado, relativa ao aumento e estabilização em base de salários mínimos, da pensão que percebem dos cofres públicos. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 254-73.

— de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 122-73.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Valdemar Haring, residente na cidade de Cornélio Procopio.

O extinto que era pessoa muito estimada na cidade, mercê de sua simplicidade e extraordinária capacidade de trabalho, deixou uma grande lacuna na sociedade procopense, com o seu prematuro desaparecimento.

Deixou ainda, inconsolável uma família numerosa, seu filho e sua dedicada esposa professora Hilda Pozzi Haring.

Requer ainda, que desta decisão seja dado conhecimento à sua excelentíssima esposa.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1974.

(a) — Rosário Pitelli.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Amparando em disposições regimentais o Deputado que adiante subscreve, requer consignação na Ata dos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo passamento do Engenheiro Agrônomo Luiz Natal Bonin, ocorrido recentemente em nossa Capital.

Justifica-se a manifestação pesarosa deste Poder Legislativo porquanto o pranteado agrônomo além de ocupar cargos de destaque na Escola de Agronomia, onde foi um mestre devotado, no Ministério de Agricultura onde dedicou grande parte de sua vida à pesquisa e melhoramentos de sementes, foi um verdadeiro apologista na defesa de nossa agricultura.

No silêncio dos laboratórios e nos campos experimentais Luiz Natal Bonin contribuiu com seu trabalho, devotamento e amor a profissão para o desenvolvimento da agro-pecuária regional e com isto para a Nação que em dias correntes tanto necessita para suprir a falta de alimentos que a humanidade necessita.

Requer finalmente que a deliberação desta Casa seja dada ciência à Família enlutada, à Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Paraná e à Delegacia Regional do Ministério da Agricultura no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1974.

(a) — Wilson Fortes.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer, registro na Ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem estudante José Roberto Carneiro, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio.

O jovem, vítima de lamentável acidente automobilístico desaparece aos 18 anos incompletos, deixando uma marca profunda de tristeza e saudades à sociedade procopense. Era filho da tradicional família — Dona Celia Missura Carneiro e Senhor Luiz Carlos Carneiro.

Requer ainda que da decisão da Casa, seja dado conhecimento deste aos seus inconsoláveis pais.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1974.

(a) — Rosário Pitelli.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, do voto de regozijo pelo lançamento da edição piloto do "Jornal dos Bairros", editado nesta Capital.

Distribuído gratuitamente, o veículo de comunicação nasceu para desencadear as forças profundas de nossos bairros, para reavivar virtudes, sentimentos e os anseios tradicionais das vidas curitibanas e fazer delas uma enorme comunidade espiritual.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa, à equipe responsável pela edição do jornal, cumprimentando-a pela iniciativa, na pessoa de seu Diretor jornalista Marat Veiga Amorim, à Rua Doutor Murici, Ed. Demeterco, 7.º andar, salas 704 e 705.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1974.

(a) — Maurício Fruct.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer:

Um voto de louvor e regozijo com a TV Paranaense, Canal 12, pela implantação em seu sistema de transmissão ou propagação de imagem a cores, através moderníssimas Câmaras TK-630, de fabricação RCA.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, dê-se ciência ao seu Diretor Doutor Francisco Cunha Pereira.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1974.

(a) — Iris Caldart.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à Casa, ouvido o Plenário, a aprovação de um voto de aplauso ao Senhor Júlio de Mesquita Neto, Diretor do jornal "O Estado de São Paulo", por haver sido agraciado com o "Prêmio Pena de Ouro da Liberdade-74" outorgado pela Federação Internacional dos Editores de Jornais.

JUSTIFICATIVA:

I — A importância do Prêmio bem pode ser avaliada pela significação da entidade que o concedeu, fundada há 26 anos, por jornais franceses e holandeses, representa a FIEJ, 70 por cento do número total de jornais diários de todo o mundo, constituindo-se no mais expressivo veículo da opinião pública mundial.

II — O jornalista Júlio de Mesquita Neto é o primeiro brasileiro a receber tão grande honraria, encontrando-se homenageada em sua ilustre pessoa a melhor imprensa brasileira, pois a homenagem consolidada, em termos definitivos, "O Estado de São Paulo" entre os principais órgãos da imprensa mundial.

III — Por último, recebe o ilustre homenageado o reconhecimento da luta que, há longos anos, vem empreendendo em defesa dos ideais de liberdade, tão caros ao povo de nosso País.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1974.

(a) — Sebastião Rodrigues Júnior.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e Cultura, solicitando que sejam autorizadas matrículas nos estabelecimentos da rede Estadual de Ensino, havendo vagas, aos menores que não tenham ainda completado 7 (sete) anos de idade, mas que venham a completar durante o ano da matrícula.

Referida solicitação, prende-se ao fato que inúmeras crianças em condições já de frequentar um estabelecimento de ensino, são impedidas pelo fato de não terem completado a mencionada idade.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1974.

(a) — Lázaro Dumont.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, formulando veemente apelo no sentido que sejam dispensados de multas fiscais os contribuintes da Fazenda em atraso bem como sejam os débitos parcelados até 20 (vinte) pagamentos.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1974.

(a) — Lázaro Dumont.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja encaminhado apelo ao Senhor Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que aquela autoridade determine providências com a finalidade de colocar um transformador e respectivo equipamento na localidade de Rondinha, junto a casa comercial do Senhor Teodoro Dolene.

Justifica-se o presente pedido, pelo fato de que, o programa na área de eletrificação elaborado pelo Governo, tem se intensificado ultimamente, com o objetivo de acompanhar o crescente desenvolvimento e com o propósito primordial de levar à zona rural este benefício, propiciando, em consequência, ao homem do campo, melhores condições de vida.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1974.

(a) — Domício Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que aquela autoridade estadual inicie estudos para extensão da rede elétrica da sede do Município de Mallet para o distrito de Rio Claro do Sul.

Distante apenas 24 quilômetros da sede Municipal, o Distrito de Rio Claro do Sul, peca no seu desenvolvimento pela ausência de energia elétrica, tendo suas indústrias, algumas de certo vulto que recorrer ao antiquado processo de locomóveis ou rodas d'água para labutamento de seus produtos.

Afora isto, são atualmente, mais de cem residências que não se beneficiam da energia elétrica, e os 60 anos de existência de Rio Claro do Sul mais do que justificam esta aspiração das mais apoiáveis.

Um pronto atendimento da COPEL para o assunto em tela seria uma medida de justiça para a laboriosa população do citado Distrito.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1974.

(a) — Domício Scaramella.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 7-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — As edificações que vierem a ser construídas, ampliadas, reconstruídas ou reformadas, qualquer que seja a finalidade de seu uso, devem apresentar os requisitos e dispor dos equipamentos considerados indispensáveis para garantir os mínimos de segurança aceitáveis para sua utilização, na forma da regulamentação da presente lei a ser baixada pelo Chefe do Poder Executivo dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1974.

(a) — Iris Caldart

JUSTIFICATIVA:

Considerando que é de urgente necessidade introduzir novas exigências, que traduzam a indispensável e imediata atualização de medidas no que concerne a segurança dos edifícios, principalmente na parte relativa à prevenção de incêndios, notadamente se considerarmos os sinistros de grandes proporções ocorridos na Capital de São Paulo nos últimos anos, concluímos na necessidade de associar os órgãos da Administração Pública, Executiva e Legislativa, na efetivação de providências de natureza urgente em defesa da nossa população.

PROJETO DE LEI N.º 8-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o Albergue Noturno Olímpia Ferreira, de Alvorada do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1974.

(a) — Rosário Pitelli.

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Noturno Olímpia Ferreira é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Alvorada do Sul. Tem como finalidade principal oferecer aos menos favorecidos pela sorte um abrigo condigno com o ser humano. A sociedade, desde sua fundação vem sendo dirigido com extraordinário desprendimento e dedicação por homens de boa vontade e componentes da Sociedade Espírita Batuíra, da cidade de Alvorada do Sul. Considerando que a entidade vem prestando relevantes serviços a toda comunidade da região, a Câmara Municipal daquela cidade a reconheceu de Utilidade Pública.

Assim, apresentamos o presente Projeto de Lei à consideração de nossos Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência registra com prazer a presença do Sr. Pedro Muffato, Prefeito Municipal de Cascavel.

Solicita a Presidência dos Srs. Deputados que desejarem renovar as Cédulas de Identidade, que procurem urgentemente a 1.ª Secretaria.

Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IV OTHOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A comunicação é o sinal dos tempos novos e a telecomunicação a sua expressão mais avançada. Aproxima as distâncias, torna próximos os homens dos mais recônditos cantos do globo, traz para o recesso dos lares os eventos, em som e imagem, bem como os feitos dos homens separados pelo espaço.

O Canal 12 de televisão de nossa Capital, liderado pelo dinâmico que são o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho e sua equipe, põe a serviço da comunicação toda a energia criadora de toda a técnica, próprias da capacidade criadora dos bandeirantes do progresso.

O lema da equipe dirigente do Canal 12 pode ser resumido no slogan dos grandes líderes da humanidade: "ad altiora natusum" — nascemos para coisas grandiosas no campo da telecomunicação, porque entendem que não progredir é regressar.

Sob o impacto do grandioso colorido, da perfeição técnica e nitidez sonora com que se revestiu o lançamento da "Campanha da Fraternidade", lançando a interrogação tão atual: "Onde está teu irmão?" proponho a esta Casa a consagração de um voto de congratulações ao Canal 12 e aos seus dirigentes por mais essa conquista.

A vanguarda e o pioneirismo na América Latina evidenciaram-se graças

ao acionamento dos mais avançados equipamentos da RCA, modelo TK-630 de Circuito Integrado (IC) com capacidade para operação em qualquer ambiente, seja fechado ou em campo externo.

O esforço para colocar em posição de liderança a comunicação de som e imagem no Paraná, arcando com sacrifícios, constitui motivo de regozijo para a comunidade e para esta Assembléia Legislativa por que representam que a gente da terra paranaense participa com entusiasmo do desenvolvimento nacional e cumpre mandamento legado à humanidade: "Dominai a terra!" O Canal 12 cumpre esse mandamento quando se coloca na liderança da telecomunicação colorida.

Ao consignar o brilhante feito e ao cumprimentar os pioneiros do Canal 12, a Assembléia manifesta seu júbilo e sua satisfação por esta grandiosa conquista para o nosso Estado.

Era, Sr. Presidente, o Requerimento que pretendia fazer desta Tribuna, enaltecendo a iniciativa que coloca o Estado do Paraná e também a imprensa em lugar de vanguarda.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Borsari Netto.

O SR. BORSARI NETTO — Sr. Presidente Srs. Deputados.

(Lendo): "Com grande satisfação comunicamos à Casa ter sido hoje, no Palácio Iguaçu, realizada a solenidade de posse dos Senhores Conselheiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

Estes atos, através dos quais foram empossados os Secretários Ivo Moreira, Véspero Mendes, Osiris Guimarães, Maurício Schulman e o arquiteto Rafael Dely, no Conselho Deliberativo e os senhores Prefeitos de Curitiba. Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiuva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova, no Conselho Consultivo, marcam o efetivo início das atividades da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, dando-lhe suporte institucional e humano para a implementação de suas obrigações legais.

Com a assinatura dos decretos regulamentando a estrutura interna da CO-MEC, os recursos financeiros e a celebração do convênio com o IPPUC, visando o Plano Diretor, dispõe a Região Metropolitana de todos os instrumentos para o total desempenho de suas funções.

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado determinou aos Conselheiros hoje empossados, providências imediatas para no prazo de 60 dias serem definidas as diretrizes nos setores de abastecimento de água, sistema viário, mapeamento e informações sócio-econômicas básicas.

Aos Senhores Conselheiros, a quem também registramos nossos cumprimentos nesta oportunidade, pesará a alta responsabilidade de definir as grandes linhas que nortearão e disciplinarão o crescimento da Região Metropolitana.

Junte-se à seriedade da tarefa a satisfação de ser o Paraná o primeiro Estado a empossar os membros dos Conselhos Consultivo e Deliberativo da Região Metropolitana, após a fixação pelo Governo Federal da Lei Complementar n.º 14, de 8 de junho de 1973.

Registramos, assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, com satisfação o fato que demonstra a capacidade do Governo do Estado do Paraná em responder às iniciativas do Governo Federal, ressaltando-se, prontamente, também a atuação deste Legislativo que prontamente apoiou a iniciativa do Executivo aprovando o dispositivo legal que criou a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Álvaro Dias, terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma senhora humilde, cujo filho estuda em Grupo Escolar de nossa Capital, procurou-me pedindo socorro. Seu filho fora impedido de frequentar as aulas porque não possui uniforme. Inexplicável essa atitude, porque, em boa hora o Sr. Secretário da Educação e Cultura, em atitude louvável, baixou instrução determinando que ninguém fosse impedido de frequentar a escola por falta de uniforme.

Comparecemos a esta Tribuna não só para protestar contra ato desta natureza mas, principalmente para formular apelo às direções dos estabelecimentos de ensino de nossa terra para que não coloquem dificuldade, para que não impeçam a presença de crianças, em nossas escolas, simplesmente porque são menos privilegiadas economicamente. Para que levem em consideração que determinados pais se submetem a sacrifícios extraordinários para que possam ver realizado o sonho de seus filhos, recebendo os benefícios da verdadeira educação.

Não podemos compreender atitudes desta natureza, como se em educação a aparência fosse o essencial e nunca o conteúdo; fosse o que se aprende na escola; o que se transmite na escola.

Atitudes dessa natureza fazem com que cheguemos à conclusão de que determinados setores de que determinados indivíduos, pretendem que este seja um País de um eterno Mobral; pretendem que este seja um País de analfabetos; pretendem que aqueles oriundos de determinadas camadas da sociedade se sintam marginalizados dos benefícios da educação. Se desde a infância a pessoa encontra dificuldade, o que espera do futuro, o que espera no instante de entrar num curso superior, curso superior que se tem constituído num verdadeiro cemitério de esperanças. Cemitério de esperanças, porque, indiscutivelmente, hoje, somente frequentam a escola superior aqueles que possuem pais ricos, ou aqueles que recebem o benefício, através de bolsa de estudo, ou de alguém que se dispõe a estender-lhe a mão.

Fazemos, neste instante, um apelo aos Diretores de estabelecimentos de ensino, para que permitam o ingresso nas aulas, de alunos sem uniforme. A Instrução baixada pela Secretaria de Educação deve ser obedecida, sob penas de termos que responsabilizar Diretores de escolas, responsáveis pela educação, como homens, como seres humanos que comprometem o futuro, arruinando os destinos da nossa juventude. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa nacional encontra-se em festas, face a um dos seus mais ilustres membros, jornalista Júlio de Mesquita Neto, Diretor de "O Estado de São Paulo", haver sido contemplado com o prêmio "Pena de Ouro Liberdade de 74", que lhe foi conferido pela Federação Internacional dos Diretores de Jornais. Esta entidade fundada há 26 anos passados congrega 70% do número total de jornais que circulam no mundo; tal estatística dá bem o valor que representa a entidade, que pode ser cognominada de a grande formadora da opinião pública mundial.

Esse prêmio, sem dúvida nenhuma é uma honra, não só para o homenageado mas, para toda a imprensa brasileira. É a primeira vez que é concedido a um jornalista de nosso País. Por esta razão, a repercussão está sendo

comemorada não só pela imprensa nacional, mas também pelos maiores órgãos da imprensa internacional — telegramas, manifestações vindas dos mais distantes rincões do nosso País de toda a imprensa nacional, inclusive notas publicadas na edição de "O Estado de São Paulo", de hoje. Não poderia esta Assembléia, com tão magnífico acontecimento, omitir-se e deixar de manifestar a "O Estado de São Paulo", na pessoa do seu Diretor, e por extensão, à melhor imprensa brasileira, um voto de aplauso, a sua manifestação de aplauso ao ilustre homenageado.

Por esta razão, subscrevemos um Requerimento, já lido pela Mesa, e temos a certeza de que será aprovado pela unanimidade desta Casa.

Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Desejo, nesta oportunidade, apresentar um Projeto que autoriza o Poder Executivo a criar áreas climáticas, o que pretende assegurar a existência de áreas que ainda não sofreram as influências da poluição, que possam propiciar possibilidades tanto de recuperação como de manutenção de saúde; a criação das áreas climáticas será altamente benéfica para a saúde pública provendo-se, desta forma, a sua preservação, o crescente surto de industrialização em nosso Estado do Paraná, que desejamos vê-lo ao lado do seu pujante crescimento agrícola, um Estado também pujante no seu crescimento industrial nos fazem antever o desaparecimento de regiões saudáveis face à poluição que necessariamente acarreta.

Indubitavelmente cabe ao Poder Público resguardar a existência dessas áreas, incentivar seu desenvolvimento.

Pretendemos então de maneira realista e perfeitamente viável, seja assegurada a parcela que provavelmente temos ainda de regiões não poluídas a exemplo do que se vem fazendo em outros Estados da Federação.

Esperamos o apoio de nossos nobres Pares a este nosso Projeto de Lei, que é o seguinte: (Lê)

"PROJETO DE LEI N.º 9-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar as "áreas climáticas" do Estado.

Art. 2.º — O objetivo da criação das "áreas climáticas" é o de preservar o que resta das regiões de clima altamente indicado para a recuperação e manutenção da saúde.

Art. 3.º — As "áreas climáticas" serão definidas dentro dos limites de regiões de clima reconhecidamente saudável, as quais não possuam fábricas que, por força dos seus processos operacionais, possam provocar poluição do ar, das águas e do solo.

§ 1.º — As áreas mencionadas no presente artigo compreenderão um ou mais municípios.

§ 2.º — No caso de participação de mais de um município na área, não é obrigatório que a participação dos outros seja total, devendo todavia, abranger pelo menos um distrito.

Art. 4.º — Como incentivo ao desenvolvimento das "áreas climáticas", poderão ser criados estímulos pelo Poder Executivo para:

I — Estabelecimentos hospitalares;

II — Colônias de férias;

III — Estabelecimentos hoteleiros;

IV — Centros de recreação, sobretudo de esportes e cultura;

V — Atividades artesanais;

VI — Produção horti-granjeira;

VII — Indústrias que não acarretem a poluição do ar, das águas, do solo ou poluição sonora.

Parágrafo único — A avaliação do grau de poluição mencionado no presente artigo será de competência da Administração de Recursos Hídricos, da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas.

Art. 5.º — As Secretarias de Estado, nos setores que lhes são inerentes adotarão prioritariamente, as medidas cabíveis para a proteção do meio ambiente nas "áreas climáticas".

Art. 6.º — A coordenação das medidas administrativas das "áreas climáticas" nos aspectos que lhe sejam peculiares, ficará a cargo de uma Comissão, vedado a mesma receber remuneração.

§ 1.º — A Comissão acima mencionada será integrada por um mínimo de cinco membros, sendo de dez o número máximo.

§ 2.º — Os Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais dos Municípios que constituem a "área climática" serão membros natos da Comissão, a qual será presidida por um representante da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública.

§ 3.º — Na hipótese de o número de representantes dos Poderes Municipais na Comissão ultrapassar a dez, terão preferência aqueles que representem os municípios mais populosos, mantida a qualificação do Presidente.

Art. 7.º — As "áreas climáticas" serão criadas através de decreto do Poder Executivo devidamente fundamentado e com o parecer favorável dos órgãos técnicos das Secretarias de Saúde Pública, Agricultura e da Administração de Recursos Hídricos.

Art. 8.º — Os estabelecimentos industriais ou de outra natureza que contrariarem o que preceitua o Art. 4.º, inciso VII desta Lei, não poderão instalar-se nas "áreas climáticas".

Art. 9.º — O regulamento da presente Lei será feito através de decreto do Poder Executivo.

Art. 10.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1974.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

Com a medida ora pleiteada pretendemos assegurar a existência de áreas que ainda não sofreram as influências da poluição e que possam propiciar possibilidade tanto de recuperação como de manutenção da saúde.

A criação das "áreas climáticas", será altamente benéfica para a saúde pública, prevenindo-se dessa forma a sua preservação.

O crescente surto de industrialização de nosso Estado nos faz antever o desaparecimento de regiões saudáveis, face à poluição que necessariamente acarreta.

Indubitavelmente cabe ao poder público resguardar a existência dessas áreas e incentivar o seu desenvolvimento.

Pretendemos então, que de maneira realista e perfeitamente viável seja assegurada a parcela que provavelmente temos de regiões não poluídas, a exemplo do que vem se fazendo em outros Estados da Federação. Esperamos o apoio de nossos nobres Pares a esta iniciativa".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos à Mesa um Requerimento de rigozijo ao Canal 12.

E a esse respeito, o nobre Líder do Governo, em brilhante manifestação, traduziu a significação e o extraordinário valor deste acontecimento para a vida social e econômica do Paraná.

Queremos apenas, em nome da Bancada do MDB, fazer com que este nosso Requerimento seja a expressão legítima e de todo o coração da Bancada do MDB, fazendo nossas as considerações do ilustre Líder do Governo para que os Srs. Deputados aprovem este Requerimento como sendo também o pensamento, a vontade da Bancada do MDB.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há oradores inscritos para o Grande Expediente. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da mesma, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194-73, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município da Lapa, o imóvel de propriedade do Estado situado na sede do referido Município conforme específica. — Parecer favorável da C.C.J. e Diligência da C. F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem estudante José Roberto Carneiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do Engenheiro Agrônomo Luiz Natal Bonin. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja consignado em Ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdemar Haring. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando um voto de congratulações ao Canal 12 e aos seus dirigentes, pela campanha lançada "Onde está o teu irmão?" e manifestando seu júbilo e satisfação em nome da Assembléia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 222-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 254-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo lançamento da edição piloto do "Jornal dos Bairros", editado nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando voto de louvor e regozijo à TV Paranaense Canal 12, pela implantação em seu sistema de transmissão ou propagação de imagem a cores, através moderníssimas Câmaras TK-630, de fabricação RCA. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando um voto de aplauso ao Sr. Júlio de Mesquita Neto, Diretor do jornal "O Estado de São Paulo", por haver sido agraciado com o "Prêmio Pena de Ouro da Liberdade-74", outorgado pela Federação Internacional dos Editores de Jornais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de serem autorizadas matrículas nos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, havendo vagas, aos menores que não tenham ainda completado sete anos de idade, mas que venham a completar durante o ano da matrícula. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, formulando apelo no sentido de que sejam dispensados de multas fiscais os contribuintes da Fazenda em atraso bem como sejam os débitos parcelados até vinte pagamentos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que aquela autoridade determine providências com a finalidade de colocar um transformador e respectivo equipamento na localidade de Rondinha, junto a casa comercial do Sr. Teodoro Dolene. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que se inicie estudos para extensão da rede elétrica da sede do Município de Mallet para o distrito de Rio Claro do Sul. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 7, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 254-73.

Fica ainda designada o Ordem do Dia para a Sessão de sexta-feira, dia 8, às 10,00 horas, que é a seguinte:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nrs. 51-73, 99-73, 165-73, 167-73, 174-73, 176-73, 210-73, 147-73 e de Resolução n.º 51-73;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 77-73.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 4ª Sessão Ordinária
Realizada em 7 de Março de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai —

Considerando o fato de estar a TELEPAR construindo sede própria, e cili — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Antonio Lopes Júnior — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Willson Fortes. (40); achando-se ausentes os srs. Deputados Antonio Costa — Arthur de Souza — Gilberto Carvalho — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Paulo Camargo e Xenofonte Villanueva. (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Eugênia Pinheiro Machado, na cidade de Ponta Grossa.

Outrossim, requer, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada. Sala das Sessões, em 7 de março de 1974.

(a) — David Federmann.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à TELEPAR expediente nos seguintes termos:

Considerando o fato de estar a TELEPAR construindo sede própria, em Ivaiporã, com ampliação da rede de aparelhos;

Considerando a importância regional do referido Município, 9.ª Comarca do Estado, com 7 estabelecimentos bancários, grande produção agrícola.

Requer, seja estudada a possibilidade de incluir como prioridade, a instalação do Serviço de DDD, no Município citado.

Sala das Sessões, em 7 de março de 1974.

(a) — Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, que seja encaminhada ao Senhor Chefe do Poder Executivo, sugestão para que Sua Excelência determine providências, no sentido de que seja construída, ou adquirida uma casa para servir de residência oficial do Governador do Estado. A presente sugestão encontra justificativa no fato de que somente em nosso Estado, entre todos os Estados brasileiros, o Governador não tem residência oficial onde possa hospedar as autoridades de relevo que nos visitam.

Sala das Sessões, em 7 de março de 1974.

(a) — Fabiano Braga Cortes.

Requerimento

Senhor Presidente:

Já afirmamos, em pronunciamento anterior, que por interligar bairros e, praticamente, cortar a cidade ao invés de contorná-la, como seria desejável, a BR-116 ganha hoje características mais de avenida que de rodovia, com volume e qualidade de tráfego de tipicidade urbana.

Uma das consequências, depois que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem sinalizou os principais cruzamentos, apreensivo com o número de acidentes que ali ocorriam, foi a transposição de problemas de congestionamento do centro para o eixo rodoviário que corta a face leste da cidade.

Os problemas mais graves, como consequência agora desses congestionamentos, surgiram no transporte de massa. Os ônibus que demandam para inúmeras vilas operárias são detidos por até vinte minutos nos sinaleiros, todos operados manualmente e dando preferência ao tráfego rápido da rodovia. A precariedade é geral nas saídas do Tarumã, Capanema, mas tem maior gravidade no cruzamento da Avenida Salgado Filho, onde o engarrafamento estende-se, em certas horas, desde a rodovia até o Prado Velho. A tal ponto a situação vem sacrificando o povo das vilas operárias que, revoltados com o atraso de um ônibus, consequência das paradas cumulativas de todos os veículos da linha por causa da sinalização, passageiros ameaçaram e quase chegaram a depredar o carro.

Cientes de que o objetivo do DNER é elevado e certos do elevado espírito público que norteia as ações do Diretor do Distrito aqui em Curitiba, requeremos aqui, ouvido o Plenário, encaminhe-se apelo àquele Departamento, no sentido de que reestude o sistema de sinalização da BR-116 — especialmente no cruzamento com Avenida Salgado Filho — de forma a permitir maior fluidez de tráfego na via urbana — com prioridade destas nos horários do chamado "pique" ou "rush" originário do deslocamento de pessoas para o trabalho.

Sala das Sessões, 7 de março de 1974.

(a) — Erondy Silvério

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 10-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Organização Espírita Cristã "Irmã Scheilla", com sede em Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de março de 1974.

(a) — David Federmann

JUSTIFICATIVA:

A entidade que propomos seja reconhecida como de utilidade pública, desempenha importante papel na comunidade pontagrossense, face as suas meritorias atividades de assistência social.

Dentro de um espírito cristão promove integral assistência às famílias desamparadas, proporcionando-lhes a oportunidade de uma perfeita integração na sociedade.

A sua diretoria não percebe qualquer remuneração e seus serviços são prestados sem qualquer distinção de raça, cor, credo religioso ou político. É justo que o poder público reconheça através de lei a sua utilidade, habilitando-a aos benefícios legais decorrentes.

Esperamos o apoio de nossos nobres Pares a esta iniciativa.

Projeto de Lei n.º 11-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Lar São de Curitiba, Paraná;

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04 de março de 1974.

(a) — Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

O Lar São de Curitiba, tem a finalidade de dar assistência ao menor desamparado, acolhendo-o, mantendo-o e educando-o sob a luz do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

É portanto entidade assistencial que merece integralmente o apoio e o reconhecimento dos poderes públicos, pelas suas nobilitantes finalidades.

A entidade foi registrada em 21 de março de 1973, no Cartório do 1.º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital, sob o n.º 2.276 — Livro "A-1".

Observe-se que os membros da Diretoria nada percebem a título de pagamento ou subsídios, sendo todos os recursos empregados em suas finalidades estatutárias.

Assim, pelas razões expostas, esperamos seja o mesmo aprovado pela Casa e após convertido em Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Já encarecemos, através de pronunciamento amplamente divulgado pela imprensa, a necessidade do sr. Governador do Estado do Paraná conceder aumento salarial para os funcionários públicos que prestam serviço nos Três Poderes, e hoje, sr. Presidente, ao verificarmos em jornais de circulação nacional uma notícia provida da Guanabara, "Os servidores do Estado da Guanabara receberão seus vencimentos ainda este mês, com aumento de 20%, conforme Instrução do Governador Chagas Freitas à Secretaria de Administração. O pagamento com aumento aos funcionários do Grupo 11 será dia 20".

Assim pois, de acordo com esta notícia, determina, o Governador da Guanabara, que já para os salários relativos a este mês, venham os funcionários públicos a receber seus vencimentos acrescidos de 20%, relativos ao aumento salarial.

O Sr. Presidente da República, General Médici, também determinou aumento para os servidores da União.

Aqui no Paraná de há muito se propala que uma Lei complementar não permite aumento, para os servidores, mais do que uma vez por ano mas, já revisamos os arquivos, procuramos verificar os arquivos e, o Ato Complementar que estabelecia aumento salarial apenas uma vez por ano, não está mais em vigor. E quando se propala, quando se tentar incutir na opinião pública que o aumento não é permitido, mas sim um abono, seria a solução; nós aqui voltaremos para combater este argumento, pois na verdade, o Ato Complementar que assim o determinava, deixou de vigorar e cabe ao Sr. Governador Emilio Gomes dar ao servidor paranaense este aumento tão necessário e indispensável. Pois há muito que os vencimentos dos nossos servidores deixou de acompanhar a realidade econômica. A alta do custo de vida tem sido superior aos índices de aumentos proporcionados ao nosso funcionalismo.

A nossa esperança é de que o Sr. Governador, em boa hora, venha a determinar um aumento de imediato para salvar esta classe de uma situação de verdadeiro desespero. Ainda hoje pela manhã o Conselho Interministerial de Preços, numa reunião tão indesejada, determinou um aumento de 13% aos produtos essenciais para a economia brasileira. Não temos ainda os dados oficiais, mas de acordo com as informações ventiladas hoje pela imprensa nacional, o CIP autorizou aumento para 13% os produtos básicos para a alimentação do povo brasileiro. Os aumentos variam de 10 a 30%. Ainda hoje, a Rede Ferroviária Federal aumentava suas tarifas também na base de 30%. Lamento profundamente que uma própria organização do Governo Federal tenha deixado de levar em conta, e ainda não terminou o Governo do Presidente Médici, que tanto apelou para que o aumento não fosse superior a 12%, vem a Rede Ferroviária aumentar suas tarifas em 30%, demonstrando que o aumento de 12%, está superado. E quando o CIP se reúne para elevar o preço de 13% dos produtos de primeira necessidade, nos causou estranheza, porque o salário do nosso servidor não é majorado, uma vez por ano, o salário do nosso servidor não sobe além de 20% e por outro lado, outros produtos básicos para a economia brasileira estão sofrendo esta alta exagerada. E para que possam os servidores fazer frente a esta realidade, o nosso apelo para que os salários dos nossos servidores não sejam deixados de lado, não sejam desvalorizados mas possa ser acrescido com a alta do custo de vida que subiu 20%. — Muito obrigado. — Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. Deputado Ivo Thomazoni.

Não se achando presente o Deputado Ivo Thomazoni, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

(Lendo): "Sejam estas minhas primeiras palavras de congratulações aos meus eminentes colegas Iris Mario Caldart e Antonio Lopes Junior pelos pronunciamentos anteontem efetuados desta Tribuna sobre a Campanha da Fraternidade, em tão boa hora lançada pelo alto prelado da Igreja Católica. Foram discursos sóbrios, inteligentes e ricos em conteúdo de amor e daquele espírito que envolve a intenção pastoral.

Nunca se fez tão necessária uma campanha de solidariedade, de fraternidade, de amor ao próximo como o momento em que atravessamos. São tempos difíceis, em que a própria sobrevivência humana constitui em malabarismo do dia a dia.

As estatísticas são recentes e a repercussão estapoleou fronteiras: 80% de nossa população ganha salários inferiores ao mínimo fixado. Esta disparidade social evidencia, em face da elevação constante do custo de vida, a penosa situação em que vive a maioria do povo brasileiro.

Não há um dia, Senhores em que não sejam anunciada uma nova elevação de preços nas mercadorias de consumo popular: a carne, que custava Cr\$ 4,00 (quatro cruzeiros) em 1972, chegou às culminâncias de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros), o quilo, quando o Governo interviu, fixando-a em Cr\$ 12,00 (doze cruzeiros) e Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros) os tipos principais. Agora já se anuncia que esta intervenção vai desaparecer, para ser restabelecido o preço de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) o quilo.

O óleo de soja, que a princípio existia em grande quantidade ao preço de Cr\$ 2,60, no final do ano de 1973, desapareceu do mercado, sendo vendido no câmbio negro até ao preço de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) a lata, obrigando deste modo o Governo a importar dos Estados Unidos o produto para atender o consumo interno. Ainda recentemente, depois do preço estar estável, na ordem de Cr\$ 3,20 (três cruzeiros e vinte centavos) foi elevado para Cr\$ 3,80 (três cruzeiros e oitenta centavos) a lata, onerando mais a bolsa do consumidor.

O pão, que é o principal alimento do povo, tendo um preço fixo de Cr\$ 0,16 (dezesseis centavos), a unidade, foi inopinadamente elevado, nesta última semana para Cr\$ 0,24 (vinte e quatro centavos) o que dá um acréscimo de quase 100% (cem por cento), atingindo assim, duramente as camadas mais pobres da população.

A classe operária e os trabalhadores rurais que representam cerca de 70% (setenta por cento) da população brasileira, não têm condições mínimas para garantir os produtos essenciais à sobrevivência, resultando da carência de alimentos necessários, o elevado índice de mortalidade infantil e a desnutrição que carece grandes contingentes de famílias, provocando, com o enfraquecimento da saúde coletiva, verdadeiros exércitos de enfermos, minados por vírus de toda espécie, e superlotando os hospitais públicos e casas de misericórdias, que já não mais os podem atender.

Assim, o apelo da Igreja, ao lançar a "Campanha da Fraternidade" é um brado de alerta, oportuno e necessário, face à grave situação que atravessam esses milhões de brasileiros desamparados pelo governo.

Concluindo, peço venia ao mais alto prelado do Paraná, que em tão boa hora lançou a campanha da fraternidade, pra dizer:

SENHORES DO GOVERNO, ONDE ESTÃO OS SEUS IRMÃOS?"

Sr. Presidente e srs. Deputados, já em 1972, quando desta Tribuna eu anunciava a política errônea do Ministro da Fazenda Sr. Delfin Neto quando lançou no mercado as ações, e que muitos brasileiros venderam a sua propriedade para aplicar em ações de indústrias e outras espécies, alertei o povo; muitos cidadãos, principalmente fazendeiros e sitiantes, que venderam as suas propriedades para aplicarem em ações, hoje vivem na eterna miséria, pois o mercado foi desvalorizado. O problema do boi, que citei neste discurso, hoje também sob o comando do Sr. Delfin Neto e grupos financeiros — o Brasil, hoje, é um dos maiores países na produção de rebanhos bovinos — está, como disse, sob o jugo de grupos financeiros, fazendeiros, com financiamentos em bancos, fazendeiros com juros, com pessoal que tem por obrigação de manter os seus rebanhos sob a sua vigência, sob o custo da vacina.

Isto é lamentável, principalmente para a minha região.

Nós estamos verificando de perto a situação do soja, esquecemos os irmãos brasileiros e o Sr. Delfin Neto, Ministro da Fazenda, exportou tudo aos Estados Unidos e França. Estão aí os brasileiros, numa situação difícil, que, nem óleo têm para levar as suas casas; existe nos supermercados, ainda uma contribuição de 1 lata por família! Isto é uma vergonha que acontece num País tão rico, de tanta agricultura como é o nosso querido Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez eu esteja sendo mal interpretado por alguns colegas, mas é necessário que voltem os olhos às camadas sociais e vejam o problema do povo, parte dele principalmente, aqueles que beiram as margens das calçadas, em torno de supermercados beirando latas de lixo para poderem comer, isto, num País enriquecido como o nosso, onde existe este "slogan", através do prelado, "ONDE ESTÁ O TEU IRMÃO?" — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 srs. Deputados

Esta Presidência tem a grata satisfação de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. Walter Guimarães, Digníssimo Vice-Prefeito Municipal de Maringá como também, a presença do Sr. Vereador Cezário Hengel, do Município de Pérola do Oeste.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 254-73, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública a Fundação Bamerindus de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 254-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Bamerindus de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1973.

(a) João Mansur.

A Fundação Bamerindus de Assistência Social, instituída pela Fundação Bamerindus e pelos membros das Diretorias e dos Conselhos de Administração de empresas da Rede Nacional Bamerindus, nos termos da escritura pública outorgada em Notas do 10.º Tabelião de Curitiba, aos 9 de julho de 1971, com personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, a rua Marechal Deodoro, 314 — 12.º andar, bem como objetivos principais, conforme artigo 3.º do seu Estatuto: "auxiliar entidades regularmente constituídas, que se dediquem a obras e programas de assistência social, localizadas no território nacional, na área de atividades dos estabelecimentos da Rede Nacional Bamerindus e estimular a cultura".

A Fundação não remunera seus diretores nem seus conselheiros e tampouco distribui lucros ou dividendos.

Os dirigentes da Fundação são pessoas de reconhecida idoneidade moral.

A Fundação publica semestralmente o demonstrativo da conta receita e despesa.

Trata-se de entidade de mais alto valor social eis que seu objetivo dirige-se a medidas positivas no sentido de encontrar soluções para problemas comunitários, já tendo sido, por ato assinado pelo Sr. Prefeito de Curitiba, reconhecida de utilidade pública municipal (Lei n.º 4.650, de 26.4.73), justificando-se plenamente seja também reconhecida de utilidade pública estadual.

José Bento Marques Tabelião, do 10.º Ofício de Notas da Capital do Estado do Paraná, República Federativa do Brasil,

CERTIFICA:

Atendendo a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo os Livros de Notas existentes neste Cartório no de número 57-N, às folhas 327, consta a seguinte escritura:

Escritura Pública de instituição da "Fundação Bamerindus de Assistência Social" que fazem a Fundação Bamerindus e Avelino Antonio Vieira e outros, na forma abaixo:

SAIBAM quantos a presente escritura virem que sendo aos 9 (nove) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e um, nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, em Cartório, compareceram os srs. Avelino Antonio Vieira, brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado nesta Capital por si e representando a Fundação Bamerindus e mais os srs. Tomaz Edison de Andrade Vieira, brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado nesta Capital; Dr. Mathias Vilhena de Andrade, brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado nesta Capital, Ottorino Mar... brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado nesta Capital, José Eduardo de Andrade Vieira, brasileiro, casado, banqueiro residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara; Dr. Mario Nascimento de Paula Xavier, brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado nesta Capital; Dr. Alcindo Fanaya, brasileiro, casado, banqueiro; Dr. Jayro Ortiz Gomes de Oliveira, brasileiro, casado, advogado, residentes e domiciliados nesta Capital; Dr. Othon Mader, brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado nesta Capital; Attridge Baggio, brasileiro, casado, banqueiro residente e domiciliado nesta Capital; Dr. José Marcio Peixoto, brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado em Salvador, Capital do Estado da Bahia; Dr. Adalberto Fritzsche, brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro Estado da Guanabara Jair Jacob Mocelin, brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara; Edgard Guilherme Kleinke, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado nesta Capital; Dr. Germano Vilhena de Andrade, brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado nesta Capital; Dr. Miguel Munhoz da Rocha, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital; Dr. Atila de Andrade Lemos, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital; Cláudio Enoch de Andrade Vieira, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado nesta Capital; Dr. Múcio Cardoso Botto de Barros, advogado, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara; Roberto Coutinho da Gouvêa, brasileiro, casado, banqueiro, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara; Dr. José Carlos Pupo Persson, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado nesta Capital; Augusto Justus, brasileiro, viúvo, comerciante residente e domiciliado em Ponta Grossa neste Estado; Abilio Antonio Vieira, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado em Tomazina neste Estado; Domingos Fonseca, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara; Abrahão Drubsky, brasileiro, casado, proprietário residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara; Albary Guimarães, brasileiro, casado, segurador, residente e domiciliado na cidade de Ponta Grossa, deste Estado; Altamirano Pereira, brasileiro, casado, segurador, residente e domiciliado nesta Capital; Anacleto Theogenes Carli, brasileiro, casado segurador residente e domiciliado nesta Capital; Antonio Sad, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado em Ponta Grossa, neste Estado; Dr. Alcides Pereira Junior, brasileiro, casado advogado, residente e domiciliado nesta Capital; Clóvis de Barros, brasileiro, casado, proprietário, residente e domiciliado em Campo Grande, Estado de Mato Grosso; Clovis Vieira, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado em Tomazina, neste Estado; Dr. Djalma Ferreira Lopes brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta Capital; Doher Barbosa Nicolau, brasileiro, casado, proprietário, residente e domiciliado nesta Capital; Dorcel Antonio Pizzatto, brasileiro, casado, segurador residente e domiciliado nesta Capital; Emir Dias Franco, brasileiro, desquitado, proprietário, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara; Dr. Fernando Caldeira de Andrada, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital; Des. Francisco da Cunha Pereira, brasileiro, casado, magistrado, residente e domiciliado nesta Capital; João Scheffer, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital; Jorge Carvalho Brito Davis, brasileiro, desquitado, proprietário, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara; José Tamoyo Vilhena de Andrade, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital; Laurival Gomes, brasileiro e domiciliado em Ponta Grossa, deste Estado; Miguel de Paula Xavier, brasileiro, casado, fazendeiro, residente e domiciliado em Ponta Grossa; Nabor Guarneri, brasileiro, casado, fazendeiro, residente e domiciliado

nesta Capital; Oscar Diedrichs, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado em Ponta Grossa, deste Estado; Olavo Alberto de Carvalho (Dr.), brasileiro, casado, dentista, residente e domiciliado na cidade de Ponta Grossa, deste Estado; Paulo Rodrigues Simões, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado nesta Capital; Dr. Sebastião Dias de Carvalho, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital; Dr. Waldomiro Luby, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital; Dr. Flávio Prestes, brasileiro, casado, advogado residente e domiciliado nesta Capital; Nilton Ferreira Saraiva, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado nesta Capital; Argemiro Wotroba Junior, brasileiro, casado, bancário residente e domiciliado nesta Capital; Jurandy Antonio Pereira, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado nesta Capital; Sebastião Lopes de Azevedo, brasileiro, bancário, residente e domiciliado nesta Capital; Francisco de Assis Andrade, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado nesta Capital; Antonio Carlos de Oliveira Dias, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado nesta Capital; Prof. Bento Munhoz da Rocha Neto, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital; Miguel Antonio Vieira, brasileiro, casado, proprietário residente e domiciliado em Tomazina, neste Estado; Dr. Ivo Leão Filho, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta Capital; Jayme Canet Junior, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta Capital; Affonso Alves de Camargo Netto, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital; Dr. Celso Garcia Cid, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado em Londrina, neste Estado; Dr. Egas Dirceu Moniz de Aragão, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital; Arnaldo Alves de Camargo Filho, brasileiro, casado, hotelero, residente e domiciliado nesta Capital; Hamílcar Pizzatto brasileiro, casado, segurador, residente e domiciliado nesta Capital; Luiz Antonio de Andrade Vieira, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado nesta Capital; Estanislau C. Bartczak, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado em Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul; Henrique de Souza Padilha, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado em Florianópolis Capital do Estado de Santa Catarina; Paulo Branco Pereira, brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado nesta Capital; João Gilberto Possiede, brasileiro, casado, corretor, residente e domiciliado nesta Capital; Elias Zacarias dos Santos, brasileiro, viúvo, proprietário, residente e domiciliado em Ponta Grossa, neste Estado; Dr. Lauro Justus, brasileiro, casado, médico residente e domiciliado em Ponta Grossa neste Estado; Da. Maria Lúcia Vieira Simões, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada nesta Capital; Dr. Francisco Accioly R. da Costa Filho, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital; Da. Clara de Andrade Vieira, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada nesta Capital; Bráulio Tocalino, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo; Dr. Egon Armando Kruger, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta Capital; Ernesto Germano Ricardo Stark, brasileiro, casado, industrial residente e domiciliado nesta Capital; Dr. Joaquim Vicente Xavier de Castro, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta Capital; Dr. Jorge Alvim Schmidt, brasileiro, viúvo, médico, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara; Dr. Ernani Guarita Cartaxo Filho, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital; Nilo Brasil, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado nesta Capital; Samuel Kanitz, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara; e Sylva José de Lima, brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro; os residentes fora desta Capital são representados neste ato por seu bastante procurador Dr. Ferdinando Caldeira de Andrade, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, nos termos dos instrumentos procuratórios em caráter particular que me exibiu, com firmas devidamente reconhecidas, que se acham registrados neste Cartório, no livro próprio R, os presente portadores dos documentos de identidade no final enumerados, reconhecidos como, os próprios de mim Escrevente Jumentada, do Tabelião que esta subscreeve e das duas testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, do que dou fé, perante as quais, pelo Sr. Avelino Antonio Vieira, falando em nome da Fundação Bamerindus, por designação especial que lhe foi atribuída na reunião conjunta da Diretoria e Conselho de Curadores daquela entidade e realizada no dia 18 de junho de 1971, cuja ata está arquivada neste Cartório, por cópia, e falando, também, em seu nome e no de todos os demais presentes, foi dito que, considerando ser tão primário quanto antigo o conceito de que, considerando ser digo que, numa economia comunitária, quanto mais pródiga racional for a partilha do produto econômico, mais se expande o progresso social, com a reversão contínua dos meios que geram a produtividade, resolveram, a Fundação Bamerindus, os membros dos Conselhos de Administração e os de Diretorias Executivas de Empresas Bamerindus, investir humana e socialmente em termos de participação mais direta nos problemas da comunidade, através de contribuições que constituirão a dotação inicial de uma fundação, conforme está especificado adiante; disse mais o Sr. Avelino Antonio Vieira, que a finalidade principal da nova entidade, como disposto no Estatuto adiante transcrito é o de prestar assistência a obras e programas comunitários a entidades localizadas na área de atividades dos estabelecimentos que integram a Rede Nacional Bamerindus e estimular a cultura, o que ensejará à Fundação Bamerindus, co-instituidora da entidade, a dinamizar um dos seus próprios objetivos, realizando uma assistência social mais racional, com resultados mais positivos e definidos; que a nova Fundação representará verdadeiro investimento social, avultando-se no tempo com perspectivas esplêndidas de uma grande realização comunitária, revestindo forma inusitada e representando uma iniciativa pioneira do grupo Bamerindus; que assim, levando em conta todos esses altos e patrióticos propósitos, resolveram, a Fundação Bamerindus, por decisão de sua Diretoria e Conselho de Curadores, em reunião conjunta realizada em data de 18 de junho último, e as demais pessoas presentes a esta escritura, instituírem uma Fundação, como lhes facultam o artigo 24 é seguintes do Código Civil sob a denominação de FUNDAÇÃO BAMERINDUS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com a dotação inicial de Cr\$ 335.000,00 (trezentos trinta e cinco mil cruzeiros) a ser integralizada em conta aberta na Agência Central de Curitiba, do Banco Bamerindus do Brasil Sociedade Anônima, da seguinte maneira: Fundação Bamerindus — Cr\$ 187.500,00; Avelino A. Vieira — Cr\$ 25.000,00; Tomaz Edison de Andrade Vieira — Cr\$ 25.000,00; Dr. Mathias Vilhena de Andrade — Cr\$ 5.000,00; Ottorino Marim — Cr\$ 5.000,00; José Eduardo de Andrade Vieira — Cr\$ 5.000,00; Dr. Mario Nascimento de Paula Xavier — Cr\$ 5.000,00; Dr. Alcindo Panaya — Cr\$ 5.000,00; Dr. Jayro Ortiz Gomes de Oliveira — Cr\$ 5.000,00; Dr. Othon Mader — Cr\$ 3.000,00; Atiride Baggio — Cr\$ 3.000,00; Dr. José Marcio Peixoto — Cr\$ 3.000,00; Dr. Adalberto Fritzsche — Cr\$ 3.000,00; Jair Jacob Mocolin — Cr\$ 3.000,00; Edgard Guilherme Kleinke — Cr\$ 3.000,00; Dr. Germano Vilhena de Andrade — Cr\$ 3.000,00; Dr. Miguel Munhoz da Rocha — Cr\$ 2.500,00; Dr. Atila de Andrade Lemos — Cr\$ 2.500,00; Cláudio Enoch de An-

drade Vieira — Cr\$ 2.500,00; Dr. Múcio Cardoso Botto de Barros — Cr\$ 1.000,00; Roberto Coutinho de Gouvea — Cr\$ 1.000,00; Dr. José Carlos Pupo Persson — Cr\$ 1.000,00; Augusto Justus — Cr\$ 1.000,00; Abílio Antonio Vieira — Cr\$ 1.000,00; Domingos Fonseca — Cr\$ 1.000,00; Abrahão Drubsky — Cr\$ 1.000,00; Albary Guimarães — Cr\$ 1.000,00; Altamirano Pereira — Cr\$ 1.000,00; Anacleto Theógenes Carli — Cr\$ 1.000,00; Antonio Sad — Cr\$ 1.000,00; Alcides Pereira Junior (Dr.) — Cr\$ 1.000,00; Clovis de Barros — Cr\$ 1.000,00; Clovis Vieira — Cr\$ 1.000,00; Dr. Djalma Ferreira Lopes — Cr\$ 1.000,00; Dohér Barbosa Nicolau — Cr\$ 1.000,00; Dorcel Antonio Pizzatto — Cr\$ 1.000,00; Emir Dias Franco — Cr\$ 1.000,00; Dr. Fernandiro Caldeira de Andrade — Cr\$ 1.000,00; Des. Francisco da Cunha Pereira — Cr\$ 1.000,00; João Scheffer — Cr\$ 1.000,00; Jorge Carvalho Brito Davis — Cr\$ 1.000,00; José Tamoyo Vilhena de Andrade — Cr\$ 1.000,00; Laurival Gomes — Cr\$ 1.000,00; Miguel de Paula Xavier — Cr\$ 1.000,00; Nabor Guarneri — Cr\$ 1.000,00; Oscar Diedrich — Cr\$ 1.000,00; Olavo Alberto de Carvalho (Dr.) — Cr\$ 1.000,00; Paulo Rodrigues Simões — Cr\$ 1.000,00; Dr. Sebastião Dias de Carvalho — Cr\$ 1.000,00; Dr. Waldomiro Luby — Cr\$ 1.000,00; Dr. Flávio Prestes — Cr\$ 1.000,00; Nilton Ferreira Saraiva — Cr\$ 1.000,00; Argemiro Wotroba Junior — Cr\$ 1.000,00; Jurandy Antonio Pereira — Cr\$ 1.000,00; Sebastião Lopes de Azevedo — Cr\$ 1.000,00; Francisco de Assis Andrade — Cr\$ 1.000,00; Antonio Carlos de Oliveira Dias — Cr\$ 1.000,00; Prof. Bento Munhoz da Rocha Neto — Cr\$ 1.000,00; Miguel Antonio Vieira — Cr\$ 1.000,00; Dr. Ivo Leão Filho — Cr\$ 1.000,00; Jayme Canet Junior — Cr\$ 1.000,00; Affonso Alves de Camargo Netto — Cr\$ 1.000,00; Dr. Celso Garcia Cid — Cr\$ 1.000,00; Dr. Egas Dirceu Moniz de Aragão — Cr\$ 1.000,00; Arnaldo Alves de Camargo Filho — Cr\$ 1.000,00; Hamílcar Pizzatto — Cr\$ 1.500,00; Luiz Antonio de Andrade Vieira — Cr\$ 1.000,00; Estanislau C. Bartczak — Cr\$ 1.250,00; Henrique de Souza Padilha — Cr\$ 1.000,00; Paulo Branco Pereira — Cr\$ 1.000,00; João Gilberto Possiede — Cr\$ 1.000,00; Elias Zacarias dos Santos — Cr\$ 750,00; Dr. Lauro Justus — Cr\$ 750,00; Maria Lucia Vieira Simões — Cr\$ 600,00; Dr. Francisco Accioly R. da Costa Filho — Cr\$ 500,00; Clara de Andrade Vieira — Cr\$ 500,00; Bráulio Tocalino — Cr\$ 350,00; Dr. Egon Armando Krueger — Cr\$ 350,00; Ernesto Germano Ricardo Stark — Cr\$ 350,00; Dr. Joaquim Vicente Xavier de Castro — Cr\$ 350,00; Dr. Jorge Alvim Schmidt — Cr\$ 350,00; Dr. Ernani Guarita Cartaxo Filho — Cr\$ 350,00; Nilo Brasil — Cr\$ 350,00; Samuel Kanitz — Cr\$ 350,00; Sylva José de Lima — Cr\$ 350,00. — Em seguida os instituidores da Fundação Bamerindus de Assistência Social apresentaram o Estatuto Social da entidade que tem o seguinte texto "Estatuto Social da Fundação Bamerindus de Assistência Social. — CAPÍTULO I — Denominação, Sede, Duração e Objetivo. — Artigo 1.º — A Fundação Bamerindus de Assistência Social, doravante denominada Fundação, instituída pela Fundação Bamerindus e pelos membros das Diretorias e dos Conselhos de Administração das empresas que compõem a Rede Nacional Bamerindus, nos termos da escritura outorgada em notas do 10. Tabelião de Curitiba aos 9 dias de julho de 1971, com personalidade jurídica de direito privado, rege-se por este Estatuto e pela legislação aplicável. Artigo 2.º — A Fundação tem sede na Capital do Estado do Paraná, e duração indeterminada. Artigo 3.º — São objetivos da Fundação: a) — Auxiliar entidades regularmente constituídas e que se dediquem a obras e programas de assistência social, localizadas no território nacional, na área de atividades dos estabelecimentos da Rede Nacional Bamerindus; b) estimular a cultura. CAPÍTULO II — Patrimônio e Fontes de Receita. Artigo 4.º — O patrimônio da Fundação é constituído pela dotação especial de Cr\$ 335.000,00 (trezentos trinta e cinco mil cruzeiros) instituída em partes iguais pela Fundação Bamerindus e pelos membros atuais das Diretorias e dos Conselhos de Administração das empresas Bamerindus, como discrimina a escritura pública referida no artigo 1.º. Artigo 5.º — No final de cada exercício serão incorporados ao patrimônio: as doações ou legados recebidos e o saldo das contas de receita e despesa, conforme dispõe o artigo 6.º. Parágrafo único — A dotação especial e os acréscimos patrimoniais serão aplicados em instituições financeiras da Rede Nacional Bamerindus. Artigo 6.º — A metade das rendas auferidas pela Fundação será incorporada ao patrimônio e o restante destinado à manutenção e desenvolvimento dos objetivos estatutários. Artigo 7.º — A Fundação não remunerará a Diretoria nem o Conselho de Curadores e tampouco distribuirá dividendos. CAPÍTULO III — Administração — Artigo 8.º — A Fundação será administrada por uma Diretoria e um Conselho de Curadores. Seção I — Diretoria — Artigo 9.º — A Diretoria se compõe de um Presidente, três Vice-Presidentes, dois Secretários e dois Tesoureiros. Parágrafo 1.º — O Presidente da Fundação Bamerindus é o Presidente nato da Fundação e lhe caberá escolher os demais membros da Diretoria. Parágrafo 2.º — O mandato dos membros da Diretoria será de 3 (três) anos, admitida a recondução. Artigo 10.º — Ao Presidente da Fundação compete: I — representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; II — dirigir as atividades da Fundação, praticando os atos necessários à supervisão dos serviços e gestão do patrimônio; III — aceitar e receber doações e legados; IV — preparar e submeter à apreciação do Conselho de Curadores semestralmente, o estado, das contas da Fundação e, até o dia 31 de janeiro de cada ano, a prestação de contas relativa ao exercício, instruída com o balanço geral, levantado conforme as normas técnicas usuais, acompanhado de Relatório circunstanciado dos fatos administrativos ocorridos e da proposta orçamentária para o exercício seguinte. Artigo 11.º — Aos Vice-Presidentes, pela ordem de designação, compete auxiliar o Presidente e substituí-lo em suas faltas. Artigo 12.º — Ao 1.º Secretário compete os trabalhos da Secretaria, de acordo com a praxe corrente. Parágrafo único — Ao 2.º Secretário compete substituir o 1.º Secretário em suas faltas e impedimentos. Artigo 13.º — Ao 1.º Tesoureiro compete manter as contas da Fundação, encaminhando relatório semestral ao Presidente com informação documentada sobre a aplicação dos fundos patrimoniais e, findo o exercício levantar o balanço da contabilidade. Parágrafo único — Ao 2.º Tesoureiro compete substituir o 1.º Tesoureiro em suas faltas e impedimentos. Artigo 14.º — A Diretoria compete resolver sobre aplicação da dotação especial e saldos disponíveis, nos termos do parágrafo único do artigo 5.º. — Seção II — Conselho de Curadores — Artigo 15.º — O Conselho de Curadores, órgão de controle financeiro, patrimonial e contábil da Fundação, se constitui de nove membros efetivos e de nove suplentes, todos integrantes dos Conselhos de Administração das empresas Bamerindus e escolhidos pelo Presidente da Fundação em listas apresentadas pelos Presidentes dos referidos Conselhos. Parágrafo 1.º — O mandato dos Curadores é de três anos, renovável, anualmente, pelo terço de seus membros. Parágrafo 2.º — Perderá a condição de Curador, aquele que deixar de participar do Conselho de Administração que a indicou para integrar o Conselho de Curadores. Parágrafo 3.º — No caso do parágrafo anterior, no de vaga ou impedimento por mais de 6 (seis) meses, de qualquer membro do Conselho de Curadores, o Presidente da Fundação convocará, para preencher a vaga, o respectivo suplente. Artigo 16.º — Ao Conselho de Curadores compete: a) decidir sobre a distribuição de benefícios; b) examinar, semestralmente, o estado das contas da Fundação, emitindo parecer, por escrito, sobre a aplicação dos fundos e patrimônio da Fundação; c) — pronunciar-se, conclusivamente, sobre

qualquer matéria do interesse da Fundação, que lhe seja submetida pela Diretoria, inclusive o balanço anual, relatório das atividades, prestação de contas e a proposta orçamentária para o ano seguinte; d) opinar sobre a extinção da Fundação. **CAPÍTULO IV — Disposições Gerais e Transitórias** — Artigo 17.º — Todas as deliberações da Diretoria e do Conselho de Curadores serão tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros e mediante maioria simples dos votantes. Artigo 18.º — Para se alterar o presente Estatuto é mister que a reforma seja deliberada pela maioria absoluta da Diretoria e do Conselho de Curadores, não contrarie a finalidade da Fundação, bem como seja aprovada pelo órgão do Ministério Público. Artigo 19.º — Os membros da Diretoria e do Conselho de Curadores, os instituidores e benfeitores não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da Fundação. Artigo 20.º — Extinguir-se-á a Fundação quando não houver possibilidade de atingir seus fins, incorporando-se seu patrimônio à Fundação Bamerindus. Artigo 21.º — Dos integrantes iniciais do Conselho de Curadores, os três mais idosos terão mandato de três anos os seguintes de dois e os menos idosos de apenas um ano, de modo a tornar possível a renovação pelo terço, prevista no parágrafo 1.º do artigo 15.º, devidamente distribuída ao 10.º Tabelião. E, de como assim disseram e outorgaram do que dou fé lhes lavrei este instrumento por me ser pedido e distribuído, que lido e achado em tudo conforme, aceitaram e assinam com as testemunhas Nelson Caldeira e Aloir Florentino, perante mim Rachel Mendry — Escrevente Juramentada que a escrevi sob minuta. Eu, (as.) José Bento Marques, 10.º Tabelião, subscrevi e de tudo dou fé. Curitiba, 9 de julho de 1971. (as.) Avelino Antonio Vieira — Tomaz Edson de Andrade Vieira — Mathias Vilhena de Andrade — Ottorino Marini — Mario Nascimento de Paula Xavier — Alcindo Fanaya — Jayro Ortiz Gomes de Oliveira — Othon Mader — Attridge Baggio — Edgard Guilherme Kleinke — Germano Vilhena de Andrade — Miguel Munhoz da Rocha — Atila de Andrade Lemos — Cláudio Enoch de Andrade Vieira — José Carlos Pupo Persson — Abílio Antonio Vieira — Altamirano Pereira — Anacleto Theogenes Carli — Alcides Pereira Junior — Djalma Ferreira Lopes — Dohér Barbosa Nicolau — Dorcel Antonio Pizzatto — Fernandino Caldeira de Andrade — Francisco da Cunha Pereira — João Scheffer — José Tamoyo Vilhena de Andrade — Nabor Guarnieri — Paulo Rodrigues Simões — Sebastião Dias de Carvalho — Waldomiro Luby — Flávio Prestes — Nilton Ferreira Saraiva — Argemiro Wotroba Junior — Jurandy Antonio Pereira — Sebastião Lopes de Azevedo — Francisco de Assis Andrade — Antonio Carlos de Oliveira Dias — Bento Munhoz da Rocha Neto — Ivo Leão Filho — Jayme Canet Júnior — Affonso Alves de Camargo Neto — Egas Dirceu Moniz de Aragão — Arnaldo Alves de Camargo Filho — Hamilton d'igo, Hamílcar Pizzatto — Luiz Antonio de Andrade Vieira — Paulo Branco Pereira — João Gilberto Possiede — Maria Lúcia Vieira Simões — Francisco Accioly R. da Costa Filho — Clara de Andrade Vieira — Egon Armando Kruger — Ernesto Germano Ricardo Stark — Joaquim Vicente Xavier de Castro — Ernani Guarita Cartaxo Filho — Nilo Brasil — Nelson Caldeira e Aloir Florentino. Traslada na mesma data. Está conforme o seu original ao qual me reporto e dou fé. Eu, José Bento Marques, 10.º Tabelião, subscrevo, digo, a mandei datilografar, subscrevo e de tudo dou fé. Curitiba, 9 de julho de 1971

José Bento Marques — 10.º Tabelião
EM TEMPO: — O Sr. Laurival Gomes, é casado e do comércio, e o Sr. Sebastião Lopes de Azevedo é casado, dados que ficou omitido neste traslado. Dou fé.

Curitiba, 9 de julho de 1971
José Bento Marques — 10.º Tabelião

FUNDAÇÃO BAMERINDUS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Duração e Objetivo

Artigo 1.º — A FUNDAÇÃO BAMERINDUS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, doravante denominada Fundação, instituída pela Fundação Bamerindus e pelos membros das Diretrias e dos Conselhos de Administração das empresas que compõem a Rede Nacional Bamerindus, nos termos da escritura outorgada em notas do 10.º Tabelionato de Curitiba aos 9 dias de julho de 1971, com personalidade jurídica de direito privado, rege-se por este Estatuto e pela legislação aplicável.

Artigo 2.º — A Fundação tem sede na Capital do Estado do Paraná, e duração indeterminada.

Artigo 3.º — São objetivos da Fundação: a) auxiliar entidades regularmente constituídas, que se dediquem a obras e programas de assistência social, localizadas no território nacional, na área de atividades dos estabelecimentos da Rede Nacional Bamerindus; b) estimular a cultura.

CAPÍTULO II

Patrimônio e Fontes de Receita

Artigo 4.º — O patrimônio da Fundação é constituído pela dotação especial de Cr\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil cruzeiros, instituída em partes iguais pela Fundação Bamerindus e pelos membros atuais das Diretrias e dos Conselhos de Administração das empresas Bamerindus, como discrimina a escritura pública referida no art. 1.º.

Artigo 5.º — No final de cada exercício serão incorporados ao patrimônio: as doações ou legados recebidos e o saldo das contas de receita e despesa, conforme dispõe o artigo 6.º.

Parágrafo único — A dotação especial e os acréscimos patrimoniais serão aplicados em instituições financeiras da Rede Nacional Bamerindus.

Artigo 6.º — A metade das rendas auferidas pela Fundação será incorporada ao patrimônio e o restante destinado à manutenção e desenvolvimento dos objetivos estatutários.

Artigo 7.º — A Fundação não remunerará a Diretoria nem o Conselho de Curadores e tampouco distribuirá dividendos.

CAPÍTULO III

Administração

Artigo 8.º — A Fundação será administrada por uma Diretoria e um Conselho de Curadores.

SEÇÃO I

A Diretoria

Artigo 9.º — A Diretoria se compõe de um Presidente, três Vice-Presidentes, dois Secretários e dois Tesoureiros.

Parágrafo 1.º — O Presidente da Fundação Bamerindus é o Presidente nato da Fundação, e lhe caberá escolher os demais membros da Diretoria.

Parágrafo 2.º — O mandato dos membros da Diretoria será de 3 (três) anos, admitida a recondução.

Artigo 10 — Ao Presidente da Fundação compete:

I — representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

II — dirigir as atividades da Fundação, praticando os atos necessários à supervisão dos serviços e gestão do patrimônio;

III — aceitar e receber doações e legados;

IV — preparar e submeter à apreciação do Conselho de Curadores, semestralmente, o estado das contas da Fundação e, até o dia 31 de janeiro de cada ano, a prestação de contas relativa ao exercício, instruída com o balanço geral, levantado conforme as normas técnicas usuais, acompanhado de Relatório circunstanciado dos fatos administrativos ocorridos e da proposta orçamentária para o exercício seguinte.

Artigo 11 — Aos Vice-Presidentes, pela ordem de designação, compete auxiliar o Presidente e substituí-lo em suas faltas.

Artigo 12 — Ao 1.º Secretário compete os trabalhos da Secretaria de acordo com a praxe corrente.

Parágrafo único — Ao 2.º Secretário compete substituir o 1.º Secretário em suas faltas e impedimentos.

Artigo 13 — Ao 1.º Tesoureiro compete manter as contas da Fundação, encaminhando relatório semestral ao Presidente com informação documental sobre a aplicação dos fundos patrimoniais e, findo o exercício, levantar o balanço da contabilidade.

Parágrafo único — Ao 2.º Tesoureiro compete substituir o 1.º Tesoureiro em suas faltas e impedimentos.

Artigo 14 — A Diretoria compete resolver sobre a aplicação da dotação especial e saldos disponíveis, nos termos do parágrafo único do artigo 5.º.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 17 — Todas as deliberações da Diretoria e do Conselho de Curadores serão tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros e mediante maioria simples dos votantes.

Artigo 18 — Para se alterar o presente Estatuto é mister que a reforma seja deliberada pela maioria absoluta da Diretoria e do Conselho de Curadores, não contrarie a finalidade da Fundação, bem como seja aprovada pelo órgão do Ministério Público.

Artigo 19 — Os membros da Diretoria e do Conselho de Curadores, os instituidores e benfeitores não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da Fundação.

Artigo 20 — Extinguir-se-á a Fundação quando não houver possibilidade de atingir seus fins, incorporando-se seu patrimônio à Fundação Bamerindus.

Artigo 21 — Dos integrantes iniciais do Conselho de Curadores, os três mais idosos terão mandato de três anos, os seguintes de dois e os menos idosos de apenas um ano, de modo a tornar possível a renovação pelo terço, prevista no parágrafo 1.º do artigo 15.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 254-73

AUTOR: Deputado JOÃO MANSUR

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado João Mansur, é declarar de utilidade pública a "FUNDAÇÃO BAMERINDUS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL", com sede e foro nesta Capital.

A referida Fundação é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, tendo como objetivos principais, conforme estabelece o art. 3.º do seu Estatuto Social: "auxiliar entidades regularmente constituídas, que se dediquem a obras e programas de assistência social, localizadas no território nacional, na área de atividades dos estabelecimentos da Rede Nacional Bamerindus e estimular a cultura".

Nenhuma objeção sob o aspecto constitucional, legal ou formal, que se possa antepor ao Projeto.

Pelo alto valor social que representa, opino pelo **ACOLHIMENTO** da propositura.

E o parecer,

Sala das Comissões, em 21-11-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Nelson Buffara — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. — Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 254-73, de autoria do nobre Deputado João Mansur, que declara de Utilidade Pública a Fundação Bamerindus de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital, Pr.

2. — Inocorrendo implicação de ordem financeira na eventualidade de aprovação da matéria, não vê, esta Comissão de Finanças, como deixar de pronunciar-se favoravelmente ao Projeto de Lei em testilha.

Pela Aprovação, é o Parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado João C. Fadel — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Eugênia Pinheiro Machado, na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Diretoria da TELEPAR, visando seja estudada a possibilidade de incluir como prioridade, a instalação do Serviço de DDD, no Município de Ivaiporã — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada ao Sr. Governador do Estado, sugestão no sentido de que seja construída, ou adquirida uma casa para servir de residência oficial do Governador do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no sentido de que seja reestudado o sistema de sinalização da BR-116, especialmente no cruzamento com a Avenida Salgado Filho, de forma a permitir maior fluidez de tráfego na via urbana. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, sexta-feira, às 1000 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 254-73.

Levanta-se a Sessão.